

A atividade petrolífera como vetor de transformações econômicas e socioespaciais em Macaé, RJ

La actividad petrolera como un vector de transformaciones económicas y socio-espaciales en Macaé, RJ

The oil activity as a vector of economic and socio-spatial transformations in Macaé, RJ

Nelson Jose Zampier Bonin
nelsonzampier@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

Resumo: A instalação de empresas e a geração de empregos modificaram a dinâmica socioeconômica e espacial do município de Macaé e região, atraindo migrantes, aumentando a urbanização, e dirigindo sua orientação. A evolução financeira do orçamento municipal a partir das atividades petrolíferas reestruturou a economia, que no passado era baseada nas atividades agropecuária, sucroalcooleira, pesca e comércio, para atividades industriais e de prestação de serviços, especialmente ligados ao ramo petrolífero, comércio, turismo de negócios. O presente estudo tem como objetivo analisar as transformações territoriais e socioeconômicas em Macaé após a chegada da Petrobrás e da implantação de sua base operacional. O estudo baseou-se na análise bibliográfica sobre o tema e coleta de dados quantitativos. A atividade petrolífera em Macaé deixou e continua deixando marcas profundas em sua paisagem econômica, social e ambiental.

Palavras-chave: indústria petrolífera, transformações, dinâmica socioeconômica.

Resumen: La instalación de empresas y la creación de empleo han cambiado la dinámica socioeconómica y espacial de la ciudad de Macaé y la región, atrayendo a migrantes y la creciente urbanización y su orientación. El rendimiento financiero del presupuesto municipal de las actividades de petróleo reestructuró la economía, que en el pasado se basa en las actividades agrícolas, caña de azúcar, la pesca y el comercio, las actividades industriales y la prestación de servicios, especialmente relacionados con la industria del petróleo, el comercio, el turismo de negocios. Este estudio tiene como objetivo analizar las transformaciones territoriales y socioeconómicas en Macaé después de la llegada de Petrobras y la aplicación de su base de operaciones. El estudio se basó en la revisión de la literatura sobre el tema, la recogida de datos cuantitativos. La actividad petrolífera en Macaé, dejó y sigue dejando huellas profundas en su paisaje económico, social y ambiental.

Palabras clave: industria del petróleo, transformaciones, dinámicas socioeconómicas.

Abstract: The installation of companies and the generation of jobs modified the socioeconomic and spatial dynamics of the municipality of Macaé and surrounds, attracting migrants, increasing urbanization, and leading their orientation. The financial evolution of the municipal budget from oil activities has restructured the economy, which in the past were based on agriculture, sugar and alcohol, fishing and commerce,

for industrial and service activities, especially in the petroleum, commerce and business tourism sectors. This study aims to analyze the territorial and socioeconomic transformations in Macaé after the arrival of Petrobras and the implementation of its operational base. The study was based on bibliographic analysis, and collection of quantitative data. The oil activity in Macaé has left and continues to leave deep marks in its economic, as social and environmental landscape.

Keywords: oil Industry, transformations, socioeconomic dynamics.

INTRODUÇÃO

O Município de Macaé é formado por seis distritos (Fig.1), e situa-se na Mesorregião Norte Fluminense, a nordeste do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o censo IBGE (2010), sua população era de 206.748 habitantes, e estimativa IBGE (2017) para 244.139 habitantes. Sua área é de 1.216,846 Km² (IBGE), abrigando paisagens heterogêneas, com praias oceânicas, planícies e serras, áreas de Mata Atlântica, etc. A sede está localizada na porção sudeste do município, na conjunção das coordenadas 22°22'15" de latitude sul e 41°47'13" de longitude oeste.

Figura 1 - Macaé (RJ) e seus Distritos.



Fonte: o autor.

Após a inserção das atividades petrolíferas na Bacia de Campos, na década de 1970, a região Norte Fluminense passa a se destacar pelas transformações econômicas e por uma nova reconfiguração territorial. A economia, que era baseada nas atividades primárias e na indústria sucroalcooleira, passa a ser fortemente influenciada pela indústria do petróleo (SILVA, 2005).

Entre os municípios do entorno da Bacia de Campos, Macaé se destaca pela concentração da infraestrutura produtiva e pelo suporte técnico para a atividade de extração de petróleo e gás. A Bacia de Campos é a principal área petrolífera e maior produtora de óleo e gás natural do Brasil. A necessidade de expandir o setor petrolífero alavancou investimentos em outros setores, como o siderúrgico, e a pesquisa que envolve todo o *cluster* petrolífero, sendo base importante para a recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro. No Norte Fluminense, as mudanças estruturaram-se no crescimento das atividades petrolíferas que ocorrem simultaneamente à decadência da produção sucroalcooleira, antes predominante na região. Esse processo fortaleceu o poder de influência de Macaé na mesorregião, que ainda tem Campos dos Goytacazes como capital regional (SILVA, 2005).

Já no início da década de 1970, Macaé é escolhida como sede da base operacional da Petrobrás, o que viria em pouco tempo transformar o espaço urbano e rural do município, promovendo profundas modificações territoriais como o desmembramento de distritos, mudança da base econômica agropecuária para atividades ligadas diretamente e indiretamente ao setor petrolífero, aumento populacional e expansão urbana, etc.

No processo de desenvolvimento do Norte Fluminense, especialmente de Macaé, muitos migrantes foram atraídos pela oportunidade de emprego e renda. Essa mão de obra que se estabelece no município apresenta características diversas em termos de escolaridade e de origem. O incremento populacional e intenso processo de urbanização, especialmente na sede do município, promoveram uma desorganização do seu espaço urbano. As transformações foram muito rápidas, aumentando o número de bairros, o fluxo de veículos, a construção civil; não sendo o poder público capaz de fiscalizar e planejar essas transformações (PAGANOTO, 2008).

A partir do final da década de 1990, com a abertura do setor petrolífero à iniciativa privada, Macaé segue recebendo uma série de companhias petrolíferas e prestadoras de serviços. Com a confirmação do potencial petrolífero, houve uma reativação da economia local. O município, inicialmente pela carência de um grande contingente de mão de obra especializada, acaba atraindo migrantes de várias partes do país e do mundo, o que propicia também a expansão do comércio na região (RESSIGUIER, 2011).

Macaé apresenta elevado PIB per capita R\$ 88.863,40 (IBGE, 2018), um dos mais elevados do estado, contrapondo com uma taxa de favelização também elevada, marcando forte concentração de riqueza.

A pesquisa tem como objetivo analisar as transformações econômicas e socioespaciais no território de Macaé. O procedimento metodológico utilizado para desenvolver o estudo baseou-se na análise bibliográfica sobre o tema, assim como a coleta de dados documentais quantitativos, disponibilizado pelo IBGE em relação aos censos demográficos, dados do TCE-RJ, Ministério do Trabalho e Emprego, Petrobrás, Prefeitura de Macaé.

O TERRITÓRIO DE MACAÉ ANTES DO PETRÓLEO

Nesta parte do trabalho, pretende-se analisar a situação de Macaé anteriormente à chegada da Petrobrás. Até meados da década de 1970, o município de Macaé tinha sua economia atrelada à pecuária, agricultura e pesca, além de relativa participação de turismo em suas praias.

A base econômica de Macaé foi, durante muitos anos, o cultivo de cana-de-açúcar, o que colaborou para um expressivo crescimento populacional nos séculos XVIII e XIX. Em 1848, foi inaugurado o Canal Macaé - Campos, ligando o Rio Macaé à Lagoa do Osório, em Campos dos Goytacazes, que facilitaria sua interligação ao Rio Paraíba do Sul. O canal, com seus 109 quilômetros de extensão, foi uma obra marcada na história, pela grandiosidade, na época do Império (BORGES, 2000).

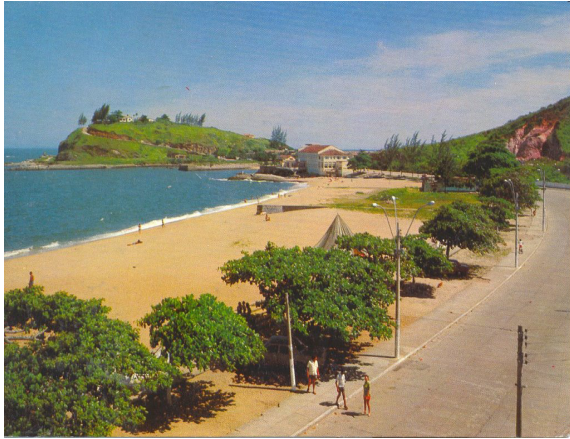
Com o canal, ocorreu a drenagem dos pântanos da região, tornando as terras mais produtivas. A agricultura dos distritos de Macaé, na época, Carapebus e Quissamã tornou-se mais ativa, até pela facilidade de escoar os produtos para os principais centros de consumo. A drenagem favoreceu a pecuária, com a melhoria das pastagens e aumento dos rebanhos bovinos (BORGES, 2000).

Com a fundação do Engenho Central de Quissamã, em 1878, com capacidade para moagem de 1.700 toneladas de cana-de-açúcar diariamente, aumentou-se a produção de açúcar, agora refinado, álcool e aguardente (BORGES, 2000).

Como em grande parte da Região Sudeste, a economia do município foi muito atrelada ao café até 1930. Em 1929, ocorre a crise da bolsa de valores de Nova Iorque, contribuindo para que muitos agricultores quebrassem e, conseqüentemente, isso acabou afetando outros setores da economia. Com os acontecimentos da crise pós 1930, fim do ciclo do café, e da emancipação de Conceição de Macabú em 1952, a economia macaense sofreu uma estagnação, apesar das atividades de pesca, agricultura e pecuária ainda prosperarem (BORGES, 2000).

Antes da efetiva implantação da base operacional da Petrobrás em Macaé, o território era muito diferente, como podemos ver nas figuras 2 e 3, que mostra a praia de Imbetiba, muito frequentada durante as décadas de 1970 e 1980, pois reunia muitos jovens nos bares e *trailers* localizados na região. A água era bem mais limpa, com menos embarcações, muito menos esgoto e lixo lançados nas águas da praia (RESSIGUIER, 2011). Após a implantação do Porto de Imbetiba, além da poluição, foram construídos quebra-mar, o que prejudicou o turismo de lazer, embora tenha aumentado o turismo de negócios.

Figura 2 - Praia de Imbetiba – década de 1970.



Fonte: Paulo Noronha.

Figura 3 – Praia de Imbetiba – 2017.



Fonte: Juranir Badaró.

Em 1978, o bairro Cavaleiros (Fig. 4) era bem diferente do atual (Fig. 5), sendo as casas ainda espaçadas uma das outras. A avenida pouco movimentada mostrada na Figura 4 é a Amaral Peixoto. Nessa época a especulação imobiliária ainda não atingia a cidade com tanta intensidade.

Figura 4 - Vista do Bairro Cavaleiros, 1978.



Fonte: www.macaecvb.com.br

Figura 5 – Bairro Cavaleiros em 2017.

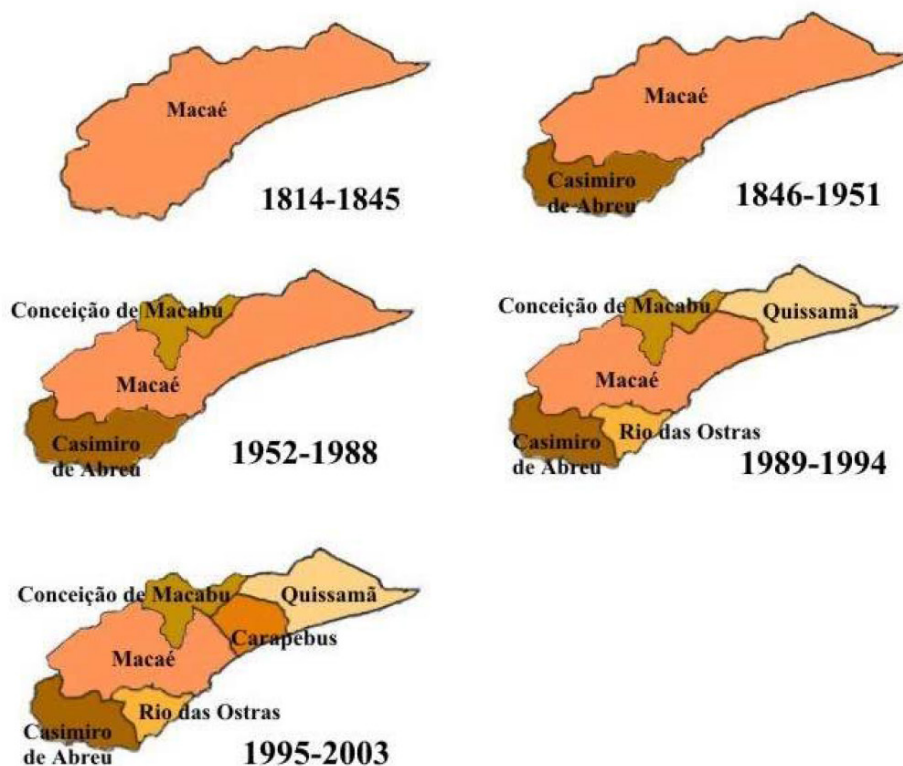


Fonte: Gianini Coelho.

Apenas a partir do final da década de 1970, o município de Macaé teria novo e grande crescimento econômico, com a chegada de muitas empresas, além da Petrobrás, e com oferecimento de oportunidades de emprego e atração de milhares de migrantes, isso irá mudar a rotina e a paisagem da cidade.

As transformações territoriais ocorridas em Macaé antes e depois da inserção das atividades petrolíferas, podem ser melhor entendidas através de sua evolução político administrativa (Fig. 6).

Figura 6 – Evolução político administrativa de Macaé, de 1814 a 2003.



Fonte: Esch e Menezes (2003).

Em 1813 a Vila de São João de Macaé consegue sua autonomia, com territórios desmembrados da cidade de Cabo Frio e da Vila de São Salvador dos Campos, perfazendo uma área de 3.277 Km². Em 1946 a Vila é elevada à categoria de cidade, e já neste mesmo ano começa o primeiro desmembramento territorial, Barra de São João (posteriormente Casimiro de Abreu) consegue sua autonomia, embora somente seja instalada a vila em 1859. Após quase um século ocorre o desmembramento de Conceição de Macabu em 1952, devido às questões políticas e econômicas envolvendo o setor sucroalcooleiro. Em 1989 Quissamã desmembrou-se de Macaé, e em 1995, Carapebus (ESCH; MENEZES, 2003). Podemos perceber que ao longo das décadas, houve a tendência de Macaé perder território em função da evolução da atividade econômica (Quadro 1). Porém, com a instalação da Petrobrás no final da década de 1970, e consequente produção de petróleo, houve uma corrida por disputas políticas regionais e locais, em busca dos benefícios tributários que acelerou esse processo.

Quadro 1 - Área ocupada pelo município de Macaé, e sua variação ao longo do tempo.

Área (km ²)	Períodos				
	1814-1845	1846-1952	1953-1988	1989-1994	1995-2003
	3277	2585	2237	1521	1216
Varição (km ²)	692	348	716	306	
Varição acumulada em relação à área original (3.277 km ²)	21,1%	31,7%	53,6%	62,9%	

Fonte: Esch e Menezes (2003), adap. pelo autor.

Com a emancipação dos antigos distritos de Macaé, gradativamente a área ocupada pelo município diminuiu, ocupando atualmente uma área de 37% da original.

O TERRITÓRIO DE MACAÉ APÓS A INSERÇÃO DAS ATIVIDADES PETROLÍFERAS

Em 1974, o futuro do Norte Fluminense ganhava novas perspectivas com a descoberta de Petróleo na Plataforma Continental da Bacia de Campos. Esse fato deve ser visto como marco, pois representa o início de uma reestruturação socioespacial. Após a Segunda Guerra Mundial, as grandes corporações passaram a ser um dos principais agentes da organização/reorganização do espaço geográfico, refletindo a dinâmica do sistema capitalista através de seu controle crescente sobre a tecnologia de produção, do capital e da circulação (RAMIRES, 1991). Especificamente no caso das grandes empresas petrolíferas, deve-se ressaltar que elas trabalham na manipulação de um recurso estratégico, importante como principal fonte energética do mundo, e fundamental para um conjunto de outras indústrias que utilizam os subprodutos do petróleo. Por isso, influenciam no aumento do poder econômico e político da empresa sobre o território.

Com a descoberta, a Petrobrás decide, ainda na década de 70, instalar na cidade de Macaé uma base terrestre de operações, e também outras empresas particulares, algumas multinacionais, prestadoras de serviços, passam também a montar sedes na cidade. Piquet (2004) argumenta que questões de ordem natural e logísticas determinaram a localização da principal base de operações da empresa na região, em Macaé. Segundo Piquet (2004), em escala regional, Campos dos Goytacazes foi perdendo seu posto de

núcleo, e com a deterioração da atividade canavieira, a região assistia ao despontar de uma nova atividade como polo gerador de empregos - a indústria extrativa mineral, que tinha como local de sua base de operações a cidade de Macaé. A escolha de Macaé, e não Campos dos Goytacazes, foi primeiramente estratégica, pela localização, pela proximidade dos principais centros consumidores, por já possuir o antigo porto de Imbetiba, que foi reformado, além do fator político.

A inserção da indústria petrolífera no cenário regional, e especialmente em Macaé, representa uma nova dinâmica de desenvolvimento, baseada na transição das principais atividades econômicas. Essa transição é analisada por Cruz (2004), que relata como o surgimento da atividade petrolífera ocorre, quando a indústria sucroalcooleira já não apresenta mais o mesmo vigor econômico, e se mostra incapaz de manter os postos de empregos existentes, muito menos empregar mais pessoas. Esse momento pode ser caracterizado como de transição econômica, pois revela a estagnação/decadência da indústria sucroalcooleira e o aparecimento de uma nova atividade econômica, capaz de proporcionar desenvolvimento para uma região até então sem perspectivas econômicas consolidadas para médio e longo prazo.

O surgimento de uma atividade econômica promissora que utilizava tecnologia de ponta numa região caracterizada pela monocultura canavieira tradicional trouxe impactos na dinâmica de desenvolvimento, criando novas perspectivas à população de Macaé, do Norte Fluminense e, independente de localização geográfica, mais pessoas viram possibilidades de se inserir na cadeia produtiva do petróleo (SILVA, 2005).

Já no início de 1970, um número substancial de empresas passou a se instalar em Macaé, muitas das quais ligadas diretamente à atividade petrolífera, e outras foram atraídas pelas oportunidades geradas pela indústria em geral (CRUZ, 2004). Os crescentes investimentos públicos e privados em infraestrutura, direcionados à atividade petrolífera, contribuíram para que a cidade, com características tipicamente rurais, cuja base econômica era a pesca e a agropecuária, presenciasse profundas mudanças estruturais que alteraram radicalmente seu perfil econômico (CRUZ, 2004). Entre 1970 e 1983, instalaram-se 192 empresas comerciais e indústrias e 176 empresas prestadoras de serviços na cidade. Quando a Bacia de Campos consolidou-se como principal província petrolífera do país nos anos 1980 e 1990, intensifica-se a produção de petróleo e gás, e observa-se, no período 1984/2002, que 4.126 empresas se instalaram no município (SARAIVA DA SILVA, 2004). Destas, 2.016 eram comerciais e industriais e 2.110 prestadoras de serviços (SARAIVA DA SILVA, 2004). É importante lembrar que, no final da década de 1990, especificamente no dia 6 de agosto de 1997, o governo promove a mudança institucional com a Lei 9.478, que determina a flexibilização e quebra do monopólio da atividade petrolífera, que até o ano de 1997 era exercida pela Petrobrás. Essa quebra do monopólio foi bem diferente dos antigos contratos de risco, que não davam tanta segurança às empresas. Por isso, essa lei abriu espaço para a entrada de muitas empresas em Macaé, e para o pagamento de *royalties* (SARAIVA DA SILVA, 2004). A partir de 2014, a crise nos preços internacionais do petróleo, a prioridade de novos investimentos no Pré-sal de Santos, a crise do Estado e da própria Petrobrás, colaboraram para a diminuição do número de empresas e postos

de trabalho em Macaé. Entre 2015 e 2017, Macaé perdeu 30.000 postos de trabalho formais (MTE, 2017). Em 2014 foram 57.744 admissões e 57.909 desligamentos; já em 2017, foram 29.905 admissões e 38.846 desligamentos, mostrando que a crise afetou bastante o ritmo da empregabilidade (MTE-CAGED, 2018). Ainda de acordo com o CAGED, em Macaé existem atualmente 8.472 estabelecimentos (fevereiro de 2018).

A partir do desenvolvimento econômico e aumento da empregabilidade, também ocorreu rápido crescimento populacional e mobilidade dessa população no território. Essas transformações após a instalação da indústria do petróleo em Macaé influenciaram a dinâmica urbana, principalmente no distrito sede, mas também os distritos de sua região serrana e outros municípios. Podemos comparar a evolução da população no Norte Fluminense (Tab. 1), com destaque para o município de Campos dos Goytacazes, embora a que mais cresceu relativamente foi Macaé.

Tabela 1 - Evolução da população nos municípios do Norte Fluminense de 1970 a 2017.
*Estimativa da população em 2017

Município	1970	1980	1991	2000	2010	2017*
Campos dos Goytacazes	285.440	320.868	376.290	406.511	463.545	490.288
Carabepus	-	-	-	8.651	13.348	15.568
Cardoso Moreira	17.958	14.728	12.819	12.579	12.540	12.519
Conceição de Macabu	11.560	13.624	16.963	18.706	21.220	22.461
Macaé	65.453	75.851	100.895	131.550	206.6748	244.139
Quissamã	-	-	10.467	13.668	20.244	23.535
São Fidelis	35.143	34.976	34.976	36.774	37.553	37.689
São Francisco de Itabapoana	39.883	35.932	38.714	41.046	41.357	41.191
São João da Barra	15.736	18.665	20.847	27.503	32.767	35.174

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e estimativa 2017).

Comparando com o crescimento demográfico de municípios vizinhos, Macaé ainda crescia em ritmo bastante acelerado, pois em 1970 contava com 65.453 habitantes; já em 2017, contava com 244.139, quase triplicando sua população, o que não aconteceu com os outros municípios. Ainda observando a Tabela 1, percebe-se que em todos os municípios da Região Norte Fluminense, exceto Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana, houve um crescimento positivo. Além de Macaé, os municípios de Quissamã e Carapebus também tiveram um crescimento acelerado no período, influenciados pela dinâmica petrolífera (CRUZ, 2004). Já o município de São João da Barra cresceu numa taxa de 4,66%, abaixo das expectativas promissoras com a construção do Porto de Açú.

É importante ressaltar que o crescimento populacional do município de Macaé ocorreu principalmente na área urbana, especialmente no distrito sede, devido à maior influência na oportunidade de empregos (Tab.2). Por outro lado, a população rural diminuiu muito desde a década de 1960.

Tabela 2 - Variação da taxa de população urbana, rural, área territorial e densidade demográfica em Macaé (1960 - 2010).

Ano	Total	Urbano	%	Rural	%	Área (Km ²)	(hab./Km ²)
1960	58.805	23.620	40,2	35.185	59,8	2.238	26,28
1970	65.453	40.002	61,11	24.451	39,89	2.238	29,25
1980	75.851	55.152	72,71	20.699	27,29	2.238	33,89
1991	100.895	89.336	88,55	11.559	11,45	1.522	66,19
2000	131.462	126.007	95,85	6.454	4,15	1.216	108,11
2010	206.748	202.873	98,12	3.875	1,87	1.216	169,9

Fonte: IBGE - censos demográficos 1960 a 2010.

Nota-se que, em 1960, aproximadamente 60% da população de Macaé habitava na zona rural, sendo que, em 2010, esta caiu para 1,87%. Houve uma inversão drástica entre o crescimento populacional urbano e rural.

Segundo o Censo IBGE (2010), a população concentra-se no distrito sede, com 195.682 habitantes, com estimativa de 232.627 (2017), e na região serrana de Macaé, o destaque fica com o distrito de Córrego do Ouro, com 3.992 habitantes (2010), e com estimativa de 4.720 habitantes (2017). O distrito sede concentra as empresas do setor petrolífero e atrai o maior número de pessoas, já Córrego do Ouro, mais próximo da sede, após o asfaltamento da RJ-168 teve aumentado o fluxo de pessoas (CADENA, 2011).

O acelerado processo de urbanização em Macaé gerou uma série de tensões socio-espaciais, em razão de intensa entrada de trabalhadores que se alocaram principalmente na periferia do município, o que resultou em rápida expansão horizontal da área urbana (CADENA, 2011).

De acordo com Mota et al. (2007, p. 290):

A partir da década de 1970, com a descoberta de petróleo na região, o município passou a viver um novo ciclo econômico, acompanhado de um acelerado crescimento demográfico. Em apenas três décadas a cidade teve a população triplicada, juntamente com o bônus e ônus do desenvolvimento. Se na Amazônia é o rio que comanda a vida, nas palavras de Tocantins (1961), atualmente pode-se dizer que em Macaé a vida é comandada pelo petróleo.

Para entender o redimensionamento do território local, nos anos 1980 foram criados 10.000 empregos diretos, sendo necessário atender as necessidades de infraestrutura e melhoramento dos serviços públicos urbanos e o problema habitacional, como oferta de imóveis e ocupação desordenada (PAGANOTO, 2008).

O aumento das receitas com os *royalties* não cobre a demanda por condições de vida da população residente, não apenas em Macaé, mas em todo o Norte Fluminense (MOTA et al., 2007).

Em 2010 a taxa de urbanização chegou a 98,1%, estimulado pelo comércio, serviços e construção civil. A pujança econômica atraiu um grande contingente populacional, tanto da própria região Norte Fluminense, quanto da Baixada Litorânea e Metropolitana do Rio de Janeiro, além de outras áreas do Brasil e do mundo. As atividades petrolíferas

necessitam de muita mão de obra, principalmente qualificada, e como o crescimento de Macaé foi muito rápido, as empresas tiveram que buscá-la em outros municípios. Por isso, é considerável a população flutuante, caracterizando uma intensa pendularidade de trabalhadores, que vêm para Macaé, trabalham, e depois retornam a seus respectivos municípios de origem (CADENA, 2011).

Paganoto (2008) e Cadena (2011) pesquisaram o fenômeno da pendularidade diária em Macaé, constatando que sua origem é dos núcleos urbanos circunvizinhos, explicado, em parte, pela concentração das oportunidades de trabalho estar em Macaé, pelo elevado custo dos imóveis, tanto para compra, quanto para locação, o que estimula a residência em municípios vizinhos, principalmente Rio das Ostras.

Essa nova dinâmica econômica, capitaneada pela produção petrolífera do Norte Fluminense, tem influenciado uma nova reconfiguração populacional na mesorregião e influenciado outras. Nos horários de pico o trânsito é intenso, com ônibus lotados e congestionamentos. A proximidade de Macaé com Rio das Ostras, cerca de 20 km, via Rodovia Amaral Peixoto, atravessando todo o centro da cidade, tem um peso nesses movimentos pendulares, assim como Conceição de Macabu. Ainda de acordo com Cadena (2011), é forte o movimento pendular entre os distritos serranos e a sede, principalmente entre Córrego do Ouro¹, estando mais próximo e sendo o mais populoso. A pendularidade também atinge municípios além do Norte Fluminense, chegando a outros estados.

Junto com a empregabilidade da indústria extrativa, houve crescimento do setor terciário, como os serviços de transporte, alimentação e hotelaria. Com isso, houve uso intensivo de uma mão de obra pouco qualificada, principalmente no comércio e construção civil (CADENA, 2011).

Houve intenso aquecimento do mercado imobiliário com o crescimento da cidade, ampliando a construção de novos imóveis e reformando imóveis residenciais para fins empresariais, como nova refuncionalização urbana. O mercado do solo impactou sobre o valor dos terrenos e imóveis, abrindo espaço para as ocupações irregulares e formação de periferias empobrecidas (CADENA, 2011).

O Estado pode amenizar o problema urbano, implantando serviços públicos e planejando o território, a partir de seu Plano Diretor. Mas o Estado também é dono de grandes áreas urbanas, por isso age como promotor imobiliário, pois consome espaço e oferece espaço para localizações empresariais.

Logo nas primeiras décadas da chegada da indústria petrolífera em Macaé, o centro da cidade recebeu muitos empreendimentos comerciais, ocorrendo rápida valorização dos terrenos nesta área. Como as empresas necessitavam de grandes áreas, sendo inviável sua instalação no centro, principalmente as do ramo petrolífero instalavam a parte gerencial no centro e a parte operacional em locais menos valorizados.

¹ A passagem de ônibus em Macaé, desde o final da gestão do ex-prefeito Riverton Mussi em 2012, vem sendo subsidiada pela prefeitura, que repassa o dinheiro para a empresa prestadora do serviço de transporte. O custo da passagem em Macaé é de R\$ 1,00. Com esse preço, muitas pessoas podem trabalhar no distrito sede de Macaé e morar na Serra, onde a especulação imobiliária impactou, mas não da mesma forma que a sede. Quem mora na região serrana também não paga a contribuição da água, o que ajuda a equilibrar as contas no final do mês. Esses fatores também contribuíram para aglomerar uma população de baixa renda, especialmente no distrito de Córrego do Ouro, que ao norte do perímetro urbano possui um loteamento denominado "Nova Malvinas", em comparação à favela das Malvinas localizada na sede (PREFEITURA DE MACAÉ, 2017)

Segundo Ramires (1991), quando a Petrobrás implantou o Porto de Imbetiba, ou reconstruiu, fez-se o elo com as Plataformas de Exploração de petróleo na Bacia de Campos. Ainda de acordo com Ramires, junto com a estatal vieram 126 empresas de prestação de serviços, 5.000 novos empregos foram criados e 10.000 carros passaram a circular pelas estreitas ruas da cidade. Agências bancárias foram inauguradas, além de hotéis e bares. “A arrecadação municipal cresceu muito e também a valorização do solo, fortalecendo o processo especulativo” (RAMIRES, 1991, p.120).

Na Região Norte Fluminense o emprego formal está concentrado nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé (MTE-RAIS, 2016). O crescimento peculiar de Macaé, com a chegada da Petrobrás e multinacionais do ramo, dinamizou a atração de empregos formais (Tab. 3).

Tabela 3 - evolução no número de empregos formais de 2009 a 2016 segundo as Regiões de Governo e Municípios.

Regiões de Governo e municípios	2009	2010	2011	2012	2015	2016
	Região Norte Fluminense	204.637	227.140	250.805	259.954	267.000
Campos dos Goytacazes	76.875	87.380	92.110	93.541	98.870	90.282
Carapebus	1.774	2.301	2.515	1.451	2.254	1.852
Cardoso Moreira	1.361	1.457	1.559	1.466	1.623	1.455
Conceição de Macabu	2.607	2.270	2.371	2.465	2.795	2.727
Macaé	106.347	115.775	132.709	141.734	138.950	126.871
Quissamã	2.799	3.356	3.373	3.356	3.458	3.114
São Fidélis	4.576	4.801	5.180	4.497	5.149	4.852
São Francisco de Itabapoana	2.583	2.403	2.562	2.571	3.452	3.412
São João da Barra	5.715	7.397	8.426	8.873	10.449	8.362

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, Relação Anual de Informações Sociais-RAIS (2009, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2016).

Em 2015, nota-se uma queda de empregos formais em Macaé, devido à falta de investimentos da Petrobrás, crise no setor, crise financeira nacional, entre outros. Já em 2016, a crise acentua-se, e todos os municípios perdem postos de trabalho. A Tabela 4 apresenta a distribuição dos empregos formais por setores de atividades:

Tabela 4 - número de empregos formais em 31 de dezembro de 2016 em Macaé, RJ.

IBGE Setor	Total
1 - Extrativa Mineral	21.366
2 - Ind. da Transformação	14.355
3 - Serv. Ind. de Util. Pública	610
4 - Construção Civil	15.378
5 - Comércio	13.455
6 - Serviços	45.799
7 - Adm. Pública	15.483
8 - Agropecuária	425
Total	126.871

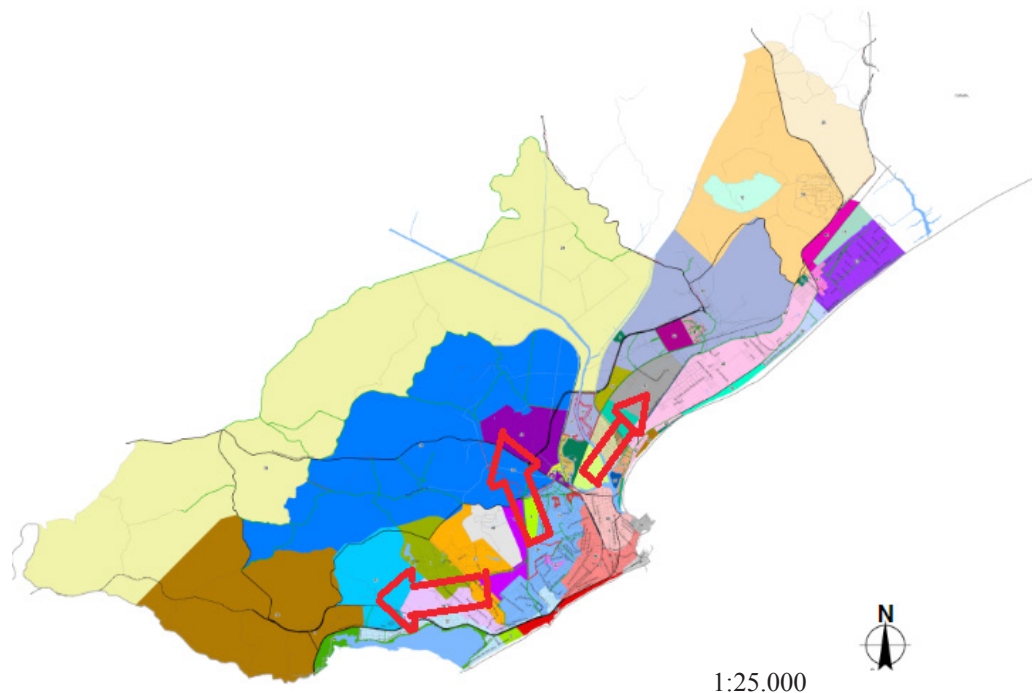
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/MTE (2016).

A indústria petrolífera proporcionou a Macaé um vertiginoso salto no aumento de empregos formais nos setores da cadeia produtiva do petróleo. Apesar do setor extrativo mineral não ser o primeiro lugar, ele orquestra outros setores a empregarem.

Com a disponibilidade de empregos, houve avançado processo de urbanização presente em Macaé, segundo o Censo 2010, com taxa de 98,1%, e que pode ter sequência, dependendo do ritmo da atividade petrolífera na região. O distrito sede do município expande verticalmente no centro e horizontalmente no sentido Oeste do território.

De acordo com Baruqui (2004), a expansão ocorreu a partir do núcleo histórico, distribuindo para três vetores de expansão: o primeiro acompanhava o litoral Norte, além do rio Macaé; o segundo, o litoral Sul, paralelo à orla para a direita; o terceiro segue rumo ao interior (Fig.7).

Figura 7 - Vetores da Expansão Urbana em Macaé.



Fonte: Baruqui (2004), adap. pelo autor.

Segundo Baruqui (2004) e Cadena (2011), a expansão no sentido sul, via Rodovia Amaral Peixoto ou RJ-106, em direção a Rio das Ostras, representam os bairros de maior prestígio social, ocorrendo crescimento destacado para três bairros: Lagoa, Vale Encantado e Imboassica.

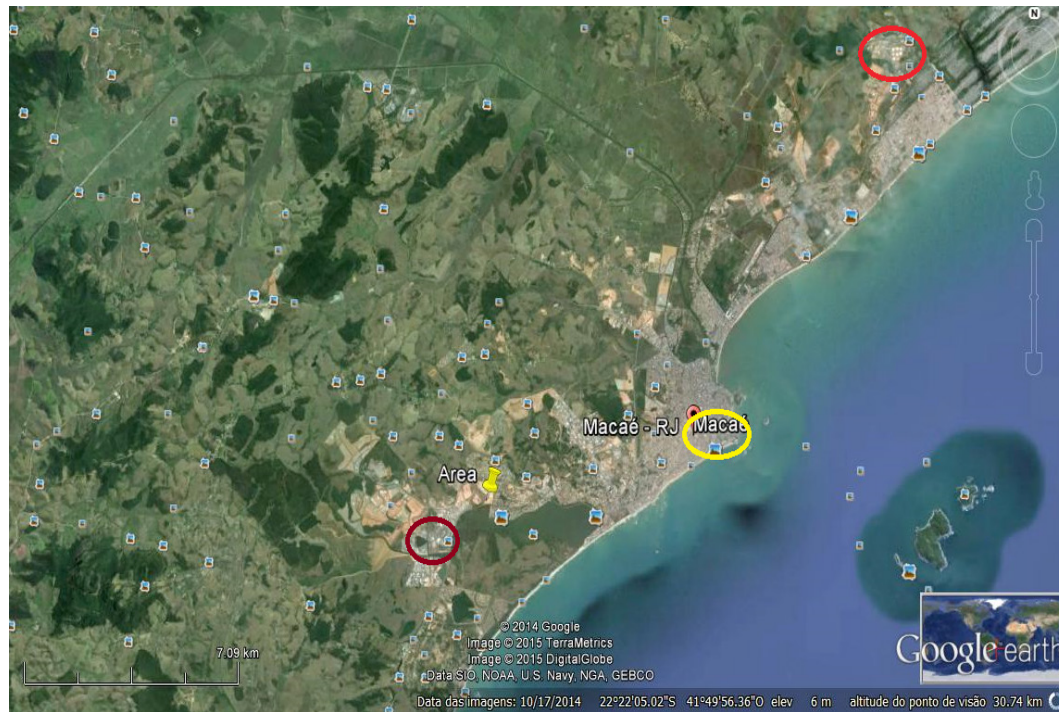
O vetor de expansão para o interior, seguindo a Rodovia RJ-168, destaca os bairros Virgem Santa e Botafogo, especialmente o último. Virgem Santa é o mais periurbano, mas em constante expansão, também recebendo projetos do governo federal como o *Minha Casa Minha Vida* acelerando o processo (CADENA, 2011).




O vetor de expansão norte, via Rodovia Amaral Peixoto ou RJ-106, em direção a Campos dos Goytacazes é o que mais cresce, com destaque para o bairro Lagomar, que

atingiu um crescimento populacional de 391,5%, em 2002 com 4.232 pessoas para 20.804 em 2010. O crescimento acelerado desse bairro é barrado ao norte pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que sofre a pressão de ocupações irregulares. Ainda no setor norte, destaca-se pelo crescimento populacional, o bairro Cabiúnas e o bairro Ajuda de Baixo e Ajuda de Cima (CADENA, 2011).

A Petrobrás se instalou em três bases segundo esses mesmos eixos (Fig. 8) - Imbetiba, Cabiúnas e Parque de Tubos, e gerou mudanças significativas nas redes de ligações, na ampliação, localização e oferta habitacional do distrito sede.

Figura 8 - localização das bases da Petrobrás em Macaé, RJ.



-  Parque de Tubos
-  Sede da Base Operacional da Petrobrás
-  Terminal de Processamento de Gás em Cabiúnas

Fonte: Google Earth, 2016.

A especulação imobiliária e fundiária no centro da cidade e no entorno das bases da Petrobrás, obrigou muitas empresas prestadoras de serviços a promover uma ocupação desordenada dentro do espaço urbano da cidade, não seguindo a determinação do poder público municipal em se instalar nos distritos industriais. Ao sul do Parque de Tubos, no limite com Rio das Ostras; ao norte do Terminal de Cabiúnas encontramos o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, fatores que influenciam na direção da expansão horizontal. Já no sentido do interior, seguindo a RJ-168 e a Linha Verde, a cidade continua se expandindo, referindo-se aos novos vetores de expansão urbana em Macaé (CADENA, 2011).

No processo de expansão urbana, houve degradação ambiental, levando parcela da população para uma ocupação de áreas ambientais sensíveis, como restingas e manguezais, o que favoreceu o processo de favelização (Figs. 9 e 10) e sobrecarga na infraestrutura.

Figura 9 - Favela da Linha, Macaé, RJ.



Figura 10- Favela das Malvinas, Macaé, RJ.



Fonte: Jornal Odebateon (2014).

A expansão urbana sobre áreas sensíveis não ocorre apenas em Macaé. Segundo o Censo IBGE (2010), existem 6.329 aglomerados subnormais² ou favelas identificados no país.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e / ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em períodos recentes.

De acordo com o censo IBGE (2010), Macaé contava com 12 aglomerados subnormais com 11.413 domicílios particulares, onde viviam 36.233 pessoas. Em 363 domicílios, o lixo era queimado ou depositado em local inadequado.

Comparando com o total do município que, segundo o levantamento do censo IBGE (2010), possuía 80.587 domicílios, 66.890 eram domicílios permanentes e o restante de uso ocasional. Em 63.286 a coleta de lixo era feita diretamente por serviço de limpeza, e em 2.258 através de caçamba de serviço de limpeza. Em 1.346 domicílios, o lixo era queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio, entre outras possibilidades (TCE-RJ, 2014).

Mesmo com um orçamento bilionário em Macaé, setores como o da saúde enfrentam os mesmos problemas de outras cidades do Brasil (TCE, 2014).

O impacto financeiro da indústria petrolífera na Bacia de Campos, além de aquecer os empregos formais, influenciou decisivamente a elevação do PIB municipal (total e per capita) de Macaé e Região Norte Fluminense, conforme Quadro 2.

² De acordo com o IBGE, Aglomerado Subnormal é o conjunto constituído de, no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Quadro 2 - Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos, segundo as Regiões de Governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2014.

Região de governo e municípios	Valor (1000 R\$)				
	Valor adicionado bruto			Impostos sobre produtos	PIB per capita (R\$)
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)		
Região Norte Fluminense	576.544	55.551.410	27.724.205	4.727.980	106.847
Campos dos Goytacazes	158.988	37.476.445	15.994.331	1.106.955	120.694
Carapebus	8.671	539.378	228.525	15.989	62.013
Cardoso Moreira	16.477	99.462	62.826	10.374	22.228
Conceição de Macabu	9.690	9.033	99.769	13.460	12.351
Macaé	45.054	8.017.926	7.566.048	3.112.164	91.676
Quissamã	34.075	3.146.286	1.097.164	54.904	205.560
São Fidélis	59.627	137.666	220.632	37.724	18.064
São Francisco de Itabapoana	201.457	82.899	337.350	105.007	24.045
São João da Barra	42.505	6.042.317	2.117.562	271.402	258.723

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP (2014)

De acordo com o CEPERJ (2014), Macaé possui o segundo maior PIB do Norte Fluminense e o quarto PIB per capita, além de ser o quinto colocado no estado do Rio de Janeiro. O município de Quissamã e São João da Barra destaca-se no PIB per Capita. Na composição do PIB de Macaé, 0,32% é da agropecuária, enquanto 47,29% são da indústria e 52,39% são do setor de serviços, que já inclui a administração pública. A distribuição do PIB em Macaé mostra a importância da indústria e principalmente do setor de serviços aliado ao aglomerado petrolífero. É importante lembrar que o PIB per capita não representa totalmente a realidade na distribuição da renda, é apenas uma média dos rendimentos divididos pelo número de habitantes.

A questão dos *royalties* é importante para a pesquisa, na medida em que a capacidade financeira pode oferecer possibilidades de intervenção do poder público no território, ou não. Antes da Lei 7.453, de 27/12/85, somente recebiam royalties os municípios com produção localizada na terra (*on shore*), lembrando que até esse momento ela ainda era muito representativa. Com a Lei 7.453, os municípios confrontantes com poços em exploração no mar (*off shore*) também passaram a receber *royalties*.

Com a Lei 9.478, de 06/08/97, que quebra o monopólio da Petrobrás e cria a ANP (Agência Nacional do Petróleo), também se estabelece o pagamento de uma compensação financeira decorrente da produtividade dos poços de petróleo, denominada Participação Especial.

A Bacia de Campos, já na década de 2000, era responsável por aproximadamente 80% do petróleo produzido no Brasil. Por isso, os municípios da Bacia de Campos alcançaram receitas milionárias. As receitas eram tão elevadas que os grupos políticos locais disputavam a administração política e econômica das receitas geradas pelos *royalties*, ou pela perspectiva de futuros subsídios da indústria petrolífera, colaborando, no final da

década de 1980 e 1990, no processo de emancipação de dois ex distritos de Macaé: Quissamã e Carapebús (CEPERJ, 2014).

Os *royalties* e Participações Especiais (Tab. 5) têm proporcionado altas receitas anuais aos municípios da Bacia de Campos, pelo menos até 2014, pois a partir de 2015, com a diminuição drástica do preço do barril do petróleo, as receitas diminuíram muito.

Tabela 5 - Royalties + Participações Especiais em Valores Correntes.

Municípios	2013	2014	2015	2016
	Armação dos Búzios	78.203.220,50	92.838.065,15	44.280.013,53
Arraial do Cabo	44.086.547,66	46.294.775,38	26.887.440,00	36.554.580,67
Cabo Frio	292.232.851,77	327.547.737,11	128.410.306,97	76.297.944,64
Campos dos G.	1.121.075.458,74	1.286.920.735,95	618.403.172,23	292.729.492,45
Carapebus	37.145.406,03	41.499.852,91	24.529.504,60	18.341.894,95
Casimiro de Abreu	109.723.361,10	117.076.833,93	50.294.860,41	31.594.084,35
Macaé	502.865.600,53	548.171.100,40	343.414.987,49	263.174.120,25
Niterói	123.074.151,12	206.408.566,35	248.697.517,29	203.260.667,87
Quissamã	92.767.436,08	94.208.926,94	54.621.192,70	39.282.704,21
Rio das Ostras	289.333.003,20	329.584.159,08	138.212.289,66	77.075.626,58
São João da Barra	193.689.360,84	246.968.015,77	159.202.313,73	73.461.669,25

Fonte: OMPETRO, 2017.

Percebe-se, na Tabela 5, que o município de Macaé perde apenas para Campos dos Goytacazes no recebimento de *royalties* e Participações Especiais.

A forma como os governos municipais utilizam essas receitas é bastante contestada pela sociedade (LEMOS, 2008). O objetivo essencial dos *royalties* deveria ser o de prover os governos locais e regionais de recursos necessários para financiar projetos que gerem riqueza alternativa para substituir a riqueza mineral, que é um recurso não renovável. De acordo com Lemos (2008, p.15), existem justificativas econômicas e morais para o pagamento dos *royalties*, embora o debate gire em torno da questão da transferência para os estados e municípios, e de como esse capital é utilizado para fins de melhorias ou não. Por isso, acredita-se que o melhor uso das receitas dos *royalties* deveria ser em prol da diversificação produtiva das regiões produtoras, e em suas áreas de influência, e assim garantir uma dinâmica autóctone de desenvolvimento no futuro.

A concentração de recursos gera críticas em relação aos critérios de distribuição ou justiça deles, com isso garantindo a existência de um conjunto de municípios “novos ricos” no estado do Rio de Janeiro (LEMOS, 2008, p.40). Para garantir o interesse dos *royalties* nos municípios confrontantes, em 2001 foi criada a OMPETRO (Organização do Municípios Produtores de Petróleo), com nove municípios, mas atualmente aglutina 11 municípios: Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebús, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São João da Barra, Arraial do Cabo e Niterói.

A OMPETRO defende o interesse dos principais receptores de *royalties*, questionando qualquer mudança na legislação que prejudique o aporte de recursos para os municípios.

Foi descoberta em 2006 e divulgado pela Petrobrás em 2007 (PETROBRÁS, 2011), uma reserva gigante de petróleo no chamado pré-sal, a 7.000 da lâmina d'água, na bacia de Santos. Essa área do pré-sal estende-se do litoral do Espírito Santo até Santa Catarina. Com essa descoberta, os municípios produtores ficaram ainda mais apreensivos em ganhar mais *royalties*, e o conseguiram devido ao aumento da produção. A questão da distribuição sempre foi muito contestada, e em 2010 é instituída a lei 12.734/2010, mudando as regras de distribuição dos *royalties*. Os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, principalmente, e seus municípios produtores teriam uma diminuição drástica no recebimento dos *royalties*. Como a lei foi muito contestada, apenas em 2012, ela foi promulgada (Lei 12.734/2012) alterando o regime de distribuição dos *royalties*. Foi instituído um sistema descentralizado para a distribuição dessa receita, de modo que não somente os estados e municípios produtores de petróleo continuem sendo beneficiados; agora, outros entes passam a ser favorecidos.

Devido à oscilação no recebimento dos *royalties* e Participações Especiais, e por não se caracterizar como uma receita infinita, foi necessário, a partir deste trabalho, analisar a evolução e a composição das diferentes receitas correntes de Macaé que, através da porcentagem de participação, entre os anos 2009 e 2014 (Tabela 6). A organização das tabelas, utilizando os dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi fundamental para analisar a arrecadação municipal e sua evolução.

Tabela 6 - Composição percentual das receitas correntes de Macaé entre os anos 2009 a 2014.

Transferência/Receita	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências Correntes do Estado	21,9	23,0	23,0	19,8	21,3	20,7
Transferências Correntes da União	4,8	4,3	4,4	3,7	5,1	5,4
Outras Receitas Correntes	4,6	4,2	5,7	6,1	8,2	6,0
Receita de Serviços	0,9	0,9	0,5	0,9	0,2	0,2
Receita de Contribuição	2,8	2,8	3,1	3,1	4,0	3,3
Royalties	33,0	34,2	30,8	28,5	26,1	25,1
Receita Patrimonial	3,8	4,4	5,2	8,3	4,0	4,6
Receita Tributária	28,3	26,1	27,2	29,5	31,1	34,7

Fonte: TCE - RJ (2015) org. pelo autor.

A receita aumentou 106% entre 2009 e 2014, enquanto a despesa cresceu 94% no mesmo período, resultando em aumento real da contribuição (TCE-RJ, 2015). Ainda na Tabela 6, pode-se observar a predominância inicial dos *royalties* e transferências correntes, que relativamente diminuíram sua participação, enquanto houve aumento na receita tributária, tendo um crescimento de 152% entre 2009 e 2014. Essa evolução pode ser mais bem apreciada na Tabela 7:

Tabela 7 - Receita Tributária do Município de Macaé entre 2009 e 2014 em Milhões de Reais (R\$).

Receita Tributária	2009	2010	2011	2012	2013	2014
IPTU	9.595	11.021	21.664	23.839	27.218	30.033
IR	23.657	23.356	37.212	59.240	70.586	114.686
ITBI	6.372	9.973	14.005	18.911	20.720	22.953
ISS	269.111	301.861	355.357	473.746	514.335	611.696
TAXAS	5.825	6.500	7.402	9.010	11.307	13.655
TOTAL	314.560	352.712	435.640	584.746	644.166	793.023

Fonte: TCE-RJ, 2015.

Podemos perceber que a receita tributária de maior destaque é o ISS (Imposto Sobre Serviços), devido ao número elevado de empresas atuantes no município.

Apesar do aumento na arrecadação, o poder público municipal não planejou a chegada dos migrantes, gerando uma ocupação desordenada e sobrecarregando a infraestrutura existente. Com o pagamento dos *royalties*, a Petrobrás se equivocou de minimizar os impactos gerados com a exploração do petróleo. A oscilação do preço do barril, a produção, a nova Lei de distribuição dos *royalties*, tudo colabora para incertezas no futuro do município e corrobora aqueles que alertaram para os riscos do futuro sem o recebimento dos *royalties*.

Apesar do aumento nas arrecadações como ICMS, IPTU, ISS e outros, o município ainda está muito atrelado direta ou indiretamente ao setor petrolífero. Ainda segundo a prefeitura de Macaé, o orçamento de 2015 foi de R\$ 2,4 bilhões; em 2016 foi de 2,08 bilhões; sendo que para o ano de 2017 a câmara aprovou um orçamento de 1,9 bilhão, com diminuição de 9%, devido às incertezas da crise nacional (PREFEITURA DE MACAÉ, 2017).

CONCLUSÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de realçar algumas das intensas transformações em curso em Macaé, que tiveram impulso após a descoberta de petróleo na Bacia de Campos e a instalação da base de operacional da Petrobrás nos anos 1970. O aporte de capital da Petrobrás, a instalação de empresas e a abertura de vagas de emprego alteraram a economia regional e local, que antes se baseava nas atividades tradicionais como pesca, agricultura, pecuária, pequeno comércio e atividade turística no litoral. A Petrobrás promoveu uma nova dinâmica no arranjo produtivo local, provocando mudanças na estrutura de produção, no ritmo de vida, com hotéis e restaurantes lotados, especulação imobiliária crescente, sendo o maior agente territorializador do espaço.

A atividade petrolífera deixa marcas profundas na paisagem econômica, social e ambiental dos territórios onde se implantou. Em Macaé não foi diferente, o setor petrolífero impactou diretamente na atividade industrial, atraindo empresas, especialmente do *cluster* petrolífero, que também colaborou para o aumento das arrecadações de ICMS, IPTU, ISS e outros, devido ao aglomerado de empresas e aumento populacional, além das compensações financeiras graças ao pagamento de *royalties* e participações especiais, como indenização gerada pelos impactos da exploração e produção de petróleo e gás. Em

compensação, o município não se preparou para a recepção das empresas e seus trabalhadores, que acomodaram-se em diversos locais, acarretando uma ocupação desordenada, que sobrecarregou a frágil infraestrutura existente. Novos loteamentos habitacionais foram criados, e rapidamente ocorreram mudanças, afetando a estrutura urbana e populacional, o emprego, etc. Apesar do elevado número de empregos formais, há sobrecarga nos serviços de utilidade pública, escassez de moradias, mostrando a falta de planejamento.

As operações na Bacia de Campos transformaram o estado do Rio de Janeiro no maior produtor de petróleo e gás do país, fazendo com que os municípios confrontantes se tornassem os maiores beneficiários das compensações financeiras do petróleo. Porém, o destino dos municípios confrontantes com a Bacia de Campos, inclusive Macaé, parece incerto, pois qualquer mudança na Lei de distribuição dos *royalties*, como a do pré-sal, gera implicações na arrecadação, além de o petróleo sofrer oscilações no mercado internacional. Isso põe em risco o dinamismo da região, baseado na extração de um recurso natural finito, pois as empresas do setor, quando ocorre o esgotamento do recurso, se dirigem para outras áreas que estejam em destaque.

As incertezas quanto ao futuro remetem a pensar em maior rigor quanto ao uso dos milionários recursos financeiros. Em nossa visão, há necessidade de mais debates sobre a forma de distribuição dos *royalties* e, sobretudo, do seu uso pela administração pública. As rendas petrolíferas, como recursos finitos, poderiam dar fomento às vocações regionais, como o turismo na região serrana e outras vocações antigas e novas, com o intuito de diminuir as mazelas trazidas pelo progresso das atividades petrolíferas e seus impactos ocasionados pela dependência dessas atividades em um futuro pós-petróleo.

REFERÊNCIAS

BARUQUI, Solange Silva Carvalho. **A Cidade Formal e a Cidade Informal em Macaé: uma análise do crescimento habitacional na década de 90**. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade de Campos dos Goytacazes, UCAM, Rio de Janeiro, RJ.

BORGES, Armando. **História da Economia de Macaé**. Macaé: Damadá Artes Gráficas e Editora, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>. Acessado em 02 fev. 2018.

CADENA, Alberto Silva. **A pendularidade de periferização urbana: o exemplo da Vila de Córrego do Ouro**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ.

CEPERJ – FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/ceep.html> Acesso em: 01 nov. 2014.

ESCH, Kelly Ferreira; MENEZES, Paulo Márcio Leal. Evolução Político-Administrativo do Município de Macaé-RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 21, 2003, Belo Horizonte. **Anais...**, v.1, p.1-8

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 02 fev de 2017.

_____. **Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2010**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 30 dez. de 2016.

_____. **Contagem da População 2017**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jan. de 2018.

_____. **Cadastro Central de Empresas, 2013**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. de 2018.

LEMOS, Linovaldo Miranda. **O papel das políticas públicas na formação de capital social em municípios “novos ricos” fluminenses: o programa “Saúde da Família” de Quissamã e o Orçamento Participativo de Rio das Ostras**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ.

MOTA, Ailton; PONTES, Carla; TAVARES, Érica; CARVALHO, Leonardo; TOTTI, Maria Eugênia. Impactos socioeconômicos e espaciais da instalação do polo petrolífero em Macaé, RJ. In: SERRA, Rodrigo; PIQUET, Rosélia (org.): **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 289-318.

OMPETRO - **Organização dos Municípios Produtores de Petróleo**. Disponível em: <<http://www.ompetro.org.br/index.php/geral/464-balanco-arrecadacao-ryalties> > Acesso em: 05 jan. 2017.

PAGANOTO, Faber. **Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

PETROBRÁS - **Petróleo Brasileiro S/A**. 2011. Disponível em: <http://www.memoria.petrobras.com.br/artigos-e-publicacoes#VMgqntLF-4Q>. Acesso em: 02 dez. 2016.

PIQUET, Rosélia. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES. 5, 2004, La Plata (Argentina). **Anais**, p.1-18

PREFEITURA DE MACAÉ. Disponível em: www.maca.gov.rj.br Acesso em: 18 ab. 2017.

RAMIRES, Júlio César de Lima. As grandes corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobrás em Macaé. **Revista Brasileira de Geografia**, v.53, n.4, p.115-151, out./dez. 1991.

RESSIGUIER, José Henrique Barreto. **Atividade Petrolífera e Impactos no Espaço Urbano do Município de Macaé/RJ – 1970/2010**. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – UCAM – Universidade de Campos dos Goytacazes - RJ.

SARAIVA DA SILVA, Roberto Rosendo. **O sistema produtivo local de Macaé, caracterização e potencialidades**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade do Norte Fluminense, UENF, Campos dos Goytacazes, RJ.

SILVA, Leonardo de Carvalho. Desenvolvimento e Segregação Socioespacial em Macaé-RJ. **Petróleo, Royalties e Região**, v.2, n. 9, p.1-21, set. 2005.

TCE-RJ. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudo Socioeconômico 2014,2015 – Macaé**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br> Acessos em: 15 out. 2015 e 12 dez. 2016.

Data de submissão: 17/abr./2017

Data de aceite: 20/fev./2018